

**COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA,
EXTENSÃO E CULTURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE
HISTÓRIA**

Daniel Ferreira Dias

**O Ensino de História como combate à intolerância
religiosa**

Rio de Janeiro

2023

Daniel Ferreira Dias

**O Ensino de História como combate à
intolerância religiosa**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Orientador: Dr. Selmo Nascimento da Silva

Rio de Janeiro

2023

COLÉGIO PEDRO II
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA, EXTENSÃO E CULTURA
BIBLIOTECA PROFESSORA SILVIA BECHER
CATALOGAÇÃO NA FONTE

D541 Dias, Daniel Ferreira

O ensino de história como combate à intolerância religiosa / Daniel Ferreira Dias. - Rio de Janeiro, 2022.

54 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Colégio Pedro II, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura.

Orientador: Selmo Nascimento da Silva.

1. História – Estudo e ensino. 2. Tolerância religiosa. 3. Cristianismo – Origem. 4. História antiga. 5. Idade média. 6. Sequência didática. I. Silva, Selmo Nascimento da. II. Colégio Pedro II. III Título.

CDD 907

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária Simone Alves – CRB-7: 5692.

Daniel Ferreira Dias

O Ensino de História como combate à intolerância religiosa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, ofertado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura do Colégio Pedro II, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de História.

Aprovado em 06 de julho de 2023.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Selmo Nascimento da Silva
Colégio Pedro II
Orientador

Prof. Dr. Júlio Cesar Paixão Santos
Colégio Pedro II

Profa. Dra. Bruna Dutra de Oliveira Soalheiro Cruz
Programa de Pós-graduação em História Social da
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho aos meus pais e amigos..., que muito colaboraram para
sua realização.

AGRADECIMENTOS

A todos os meus familiares por todo apoio dado durante a minha vida acadêmica, sem eles não seria possível ter chego até aqui.

Aos amigos da Graduação, especialmente a Patrícia por toda ajuda e suporte oferecido.

Aos meus amigos da especialização, especialmente ao pessoal do “bonde do metrô”.

Ao meu orientador, Selmo, pelo conhecimento oferecido.

Por fim, a Deus, por tudo conquistado até agora.

Axé pra quem é de Axé
Saravá pra quem é de Saravá
Aleluia pra quem é de Aleluia
Amém pra quem é de Amém
Shalom
Namastê geral!
(MONOBLOCO)

RESUMO

DIAS. Daniel Ferreira. **O Ensino de História como combate à intolerância religiosa**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2023.

O presente trabalho pretende elaborar uma sequência didática interdisciplinar focada na relação entre Ensino de História e o combate à intolerância religiosa a ser inserida no 6º ano do Ensino Fundamental, se tivermos como referência à Base Nacional Comum Curricular, mas que também pode ser desenvolvida no Ensino Médio ou de forma independente. De modo a cumprir nossa proposta, analisaremos o contexto da Antiguidade Tardia, período marcado pela crise do Império Romano, onde o Cristianismo surge sofrendo uma sequência de perseguições, em que indivíduos eram punidos, tinham seus templos e propriedades invadidas somente pelo fato da religião que professavam. Buscamos analisar como o Ensino de História pode ser capaz de estabelecer um diálogo entre passado e presente, de modo a solucionarmos questões contemporâneas. Pretendemos fazer os alunos entenderem que liberdade e respeito mútuo são valores que os estudantes devem expressar para solucionar conflitos existentes no tempo presente.

Palavras-chave: História; ensino; tolerância religiosa.

ABSTRACT

DIAS, Daniel Ferreira. **History teaching as a way to combat religious intolerance.** 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de História) – Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura, Colégio Pedro II, Rio de Janeiro, 2023.

The present work intends to elaborate an interdisciplinary didactic sequence focused on the relationship between Teaching History and combating religious intolerance to be inserted in the 6th year of Elementary School, if we have as a reference the National Common Curricular Base, but which can also be developed in High School or independently. In order to fulfill our proposal, we will analyze the context of Late Antiquity, a period marked by the crisis of the Roman Empire, where Christianity appears suffering a sequence of persecutions, in which individuals were punished, had their temples and properties invaded only because of the religion that professed. We seek to analyze how the Teaching of History can be a dialogue between past and present, in order to solve contemporary issues. We intend to make students understand that freedom and mutual respect are values that students must express in order to resolve existing conflicts in the present time.

Keywords: History; teaching; religious tolerance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Trecho do livro “Estudar História Das Origens do Homem à Era Digital”. 33	
Figura 2 – Página do Livro “Inspire História”	34
Figura 3 – Trecho do livro “História, Escola e Democracia 6º ano”	35
Figura 4 - Notícia em que um terreiro de umbanda é invadido e depredado.....	40
Figura 5 – Notícia sobre intolerância religiosa cometido por um homem	41
Figura 6 – Notícia em que praticantes de religiões de matrizes africanas afirmam sofrer intolerância religiosa.....	41
Gráfico 1 - Denúncias de intolerância religiosa por Estado.....	42
Gráfico 2 – Sexo da Vítima	42

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNCC – Base Nacional Comum Curricular

MEC – Ministério da Educação

PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NA ANTIGUIDADE TARDIA.....	17
1.1 As perseguições aos cristãos	18
<u>1.1.1 Décio e a perseguição aos cristãos.....</u>	<u>19</u>
<u>1.1.2 Valeriano</u>	<u>20</u>
<u>1.1.3 Diocleciano e Galério</u>	<u>20</u>
1.2 O Edito de Milão e o período de Constantino.....	22
1.3 Juliano e a Dinastia Valentiana.....	23
1.4 Teodósio	23
Considerações.....	24
2 HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL E A BNCC.....	26
2.1 Primeira versão da BNCC	26
2.2 Segunda versão da BNCC	28
2.3 Terceira e última versão da BNCC.....	30
2.4 Livros didáticos e a BNCC.....	32
Considerações.....	36
3 Sequência Didática – O Ensino de História como combate à intolerância religiosa.....	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	48
APÊNDICE A – CARTILHA CONTRA A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA	52

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende elaborar uma sequência didática interdisciplinar focada na relação entre Ensino de História e o combate à intolerância religiosa, a ser inserida no 6º ano do Ensino Fundamental, se tivermos como referência à Base Nacional Comum Curricular, mas que também pode ser desenvolvida no Ensino Médio ou de forma independente.

Portanto, partiremos do presente onde encontramos diversos relatos de intolerância religiosa para estabelecermos um diálogo com o passado, seguindo Jacques Le Goff porque “É importante conhecer o passado para compreender melhor o presente” (LE GOFF, 2012, p. 9). Consideramos nessa abordagem o fato de que os próprios alunos reivindicam um ensino mais próximo de suas experiências cotidianas (CAIMI, 2006). Em que compete a nós professores elaborarmos aulas cada vez mais próximas de suas realidades e dos conflitos que vivenciam no presente.

De modo a ser possível trabalhar a questão da intolerância religiosa no Ensino de História, propomos analisarmos o contexto da Antiguidade Tardia, período marcado pela crise do Império Romano, no qual o Cristianismo surge sofrendo uma sequência de perseguições, em que indivíduos eram punidos, tinham seus templos e propriedades invadidas somente pelo fato da religião que professavam. Tais eventos citados anteriormente, são parecidos com os que vivenciamos no presente, onde indivíduos continuam sofrendo perseguição e pré-conceito devido à religião que decidiram seguir, intolerância que apesar de atingir diversas religiões existentes no Brasil, é sentida de forma mais acentuada por aquelas e aqueles que professam a fé nas religiões de matriz africana.

Portanto, buscamos que os alunos conheçam a dimensão histórica dessa questão no cotidiano das sociedades, em diferentes tempos e contextos sociais; entendam a importância de leis que garantam a liberdade religiosa, e valorizem a diversidade religiosa, confirmando o respeito pelo outro.

Objetivos

Para o presente trabalho elencamos os objetivos a seguir:

- Objetivo Geral: Estabelecer uma sequência didática interdisciplinar focada na importância do Ensino de História na educação básica como combate à intolerância religiosa e resolução de conflitos do presente.
- Objetivo específico: Contextualizar as perseguições religiosas ocorridas entre os séculos III e IV.
- Objetivo específico: Analisar a relação entre História Antiga e Medieval com a Base Nacional Comum Curricular.

Relevância e Viabilidade

A relevância social do trabalho é sua importância e temática atual, uma vez que a intolerância religiosa atinge pessoas de diferentes regiões, e com condições econômicas, sociais e culturais muito diversas. Os dados oferecidos pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em janeiro de 2022, 14 anos após a instituição do dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa (21 de janeiro), revelam que durante o ano de 2021, o Ministério recebeu 586 denúncias de intolerância religiosa, um aumento de 141% em relação ao ano anterior, que teve 243 denúncias. O Estado do Rio de Janeiro, realidade social na qual estamos inseridos, foi o líder de denúncias, somando um total de 138 relatos. Tais dados reforçam a importância de se promover a tolerância e o respeito entre os indivíduos, no qual a escola tem papel fundamental na promoção do conhecimento sobre o tema, na crítica aos costumes, do diálogo entre diferentes e do compromisso de ter uma atitude de respeito com todos.

Além dos dados oficiais apresentados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, recentemente tivemos a publicação da Base Nacional Comum Curricular, que propõe que todo conhecimento sobre o passado também é um conhecimento elaborado no presente, uma vez que o passado que deve impulsionar a dinâmica do ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental é aquele que dialoga

com o tempo atual. Em que o aluno deve ser capaz de estabelecer comparações, contextualizações, análises, interpretações e críticas sobre o passado e sua realidade social problematizando a ideia de um “outro”. Deste modo, ao estudarmos as perseguições aos cristãos ocorridas principalmente durante os séculos III e IV, atrelado aos inúmeros relatos de tolerância religiosa ocorridos no presente, estamos estabelecendo uma conexão, na qual passado e presente dialogam buscando promover nos alunos a ideia que liberdade e respeito mútuo são valores que eles devem expressar para transformar suas realidades sociais.

Por sua vez, a relevância científica de tal proposta de pesquisa se apresenta por estabelecer uma proposta interdisciplinar que parte da relação entre presente e Antiguidade Tardia para compreender e solucionar questões contemporâneas. Daremos destaque a um período histórico que na primeira versão da Base Nacional Comum Curricular não aparecia como obrigatório, devido ao fato de acreditarem que tal contexto não teria como dialogar e ensinar a solucionar os conflitos do presente. Mostraremos por meio da presente proposta de ensino, como a Antiguidade Tardia, período conforme expressado por Peter Brown marcado pela profunda crise do Império Romano, no qual o cristianismo estava se constituindo (BROWN, 2009), tem sua relevância no Ensino de História por dialogar com questões contemporâneas e ajudar a entender a realidade social que vivenciamos.

Fontes

A fonte histórica escolhida para o presente trabalho é o Édito de Milão, que foi publicado em forma de carta na data de 13 de junho de 313, pelos Imperadores Romanos Constantino (do Ocidente) e Licínio (do Oriente).

O Édito foi escrito num contexto considerado pelos historiadores como da Antiguidade Tardia, caracterizado pela crise social dos povos romanos, onde as referências de mundo que os indivíduos possuíam passavam por uma série de transformações. Dentro desse cenário de crise, o Cristianismo expandiu-se, reproduzindo discursos doutrinários, crenças e ideias que compunham uma visão de mundo, sociedade e sentido de vida. Transmitidas pela tradição, algumas

características estão presentes até os dias atuais nas sociedades contemporâneas que têm o Cristianismo como religião predominante.

A expansão do Cristianismo no contexto dos primeiros séculos da Era Comum, resulta em uma série de perseguições aos cristãos, que tiveram seus templos destruídos, desapropriados e foram proibidos de professarem sua crença. Deste modo, os Imperadores utilizam-se do Édito de Milão para determinar que a partir de tal data o Império Romano seria considerado um Estado neutro, sem uma religião oficial, proibindo toda perseguição aos cristãos e que seus lugares de culto fossem restituídos. O Édito, conforme nos informa, buscava resolver os diversos conflitos existentes na sociedade, garantir um estado de paz através da resolução das diferenças entre os indivíduos.

Por meio da fonte escolhida é possível trabalhar de forma interdisciplinar, tendo como referência a Base Nacional Comum Curricular, dialogamos com as disciplinas de Ensino Religioso e Geografia. A primeira disciplina nos auxiliará em reconhecer e respeitar as práticas de comunicação com as divindades em distintas manifestações e tradições religiosas, reconhecendo o direito à liberdade de consciência, crença ou convicção, questionando concepções e práticas sociais que a violam. Por sua vez, a Geografia ao tratar do sujeito e seu lugar no mundo através da identidade sociocultural, mostrará como a religião é elemento fundamental para formação da identidade do indivíduo e de uma sociedade.

De modo a podermos facilitar um maior diálogo entre passado e presente, também utilizaremos os gráficos divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, que trazem informações sobre número de denúncias de intolerância religiosa por Estado e registra que as mulheres são as principais vítimas desse crime, mostrando como o gênero também é marcador relevante para sofrer intolerância religiosa.

Também utilizaremos notícias veiculadas em sites jornalísticos que relatam casos de intolerância religiosa cometidos principalmente em relação às religiões de matrizes africanas, como a Umbanda e o Candomblé, de modo a ilustrarmos e compararmos quais grupos sofriam mais intolerância religiosa no passado, e quais estão sofrendo atualmente.

Deste modo, por meio das fontes escolhidas poderemos estabelecer um diálogo do passado com o presente, onde encontramos diversas manifestações de

intolerância religiosa, que resultam em violência contra o patrimônio e insulto a objetos e ritos sagrados, gerando sofrimento e perseguição a grupos e indivíduos.

Quadro Teórico-Metodológico para o Ensino de História

Nos apoiaremos na proposta teórica de Ana Maria Ferreira da Costa Monteiro e Fernando de Araújo Penna que o Ensino de História é um lugar de fronteira, onde são demarcadas diferenças, mas também é possível produzir aproximações, diálogos, ou distanciamento entre culturas (MONTEIRO; PENNA, 2011). Assim, estabeleceremos um diálogo entre passado e presente, onde os alunos serão capazes de identificar as diferenças e semelhanças existentes entre a Antiguidade Tardia e a Contemporaneidade. Compete ao professor de História ser o responsável por meio da narrativa e retórica utilizada na sala de aula, de traduzir o saber acadêmico para uma linguagem próxima à realidade social dos alunos que estão inseridos naquele contexto escolar, conforme apontado por Ana Maria Monteiro (2009) e Ilmar Rohloff de Mattos (2006). Também observaremos na produção metodológica de nossa sequência didática, as reflexões de Antoni Zabala e sua proposta de ensino construtivista, em que a aprendizagem envolve quatro tipos de conteúdo. O primeiro compreenderia os conhecimentos dos fatos, chamada de Factual; o segundo seria a Conceitual e Princípios, que é a compreensão dos fatos e sua causa-efeito, por sua vez; o terceiro se chama Procedimental, envolveria as estratégias a serem utilizadas pelo professor para chegar ao objetivo de sua proposta, por fim; o conceito Atitudinal busca estabelecer os valores, atitudes e normas que pretendemos que os alunos desenvolvam durante sua aprendizagem (ZABALA, 1998).

Portanto, pretende-se, no Capítulo 1 - A Intolerância Religiosa na Antiguidade Tardia: apresentar e definir a Antiguidade Tardia como um período onde as referências de mundo que os indivíduos possuíam passavam por uma série de transformações. Relatar e caracterizar a religião romana e o cristianismo. Também buscaremos relatar as diversas perseguições ocorridas contra os cristãos, em que tiveram seus templos destruídos, desapropriados e proibidos de professarem sua crença. Analisaremos o contexto em que o Édito de Milão, publicado em forma de carta na data de 13 de junho de 313, pelos Imperadores Constantino (imperador do

Ocidente) e Licínio (imperador do Oriente), que buscava resolver os diversos conflitos existentes na sociedade, garantiu um estado de paz através da resolução das diferenças entre os indivíduos ao permitir a liberdade religiosa.

No Capítulo 2 – O Ensino da História Antiga e Medieval: O presente capítulo buscará apresentar a fronteira existente entre a história acadêmica e a história apresentada na educação básica por meio dos livros didáticos. Propomos analisar e estabelecer uma comparação sobre quais conteúdos e de que forma a Antiguidade e a Idade Média é abordada na primeira, segunda e terceira versão da Base Nacional Comum Curricular, e as controvérsias por trás da não inclusão dos conteúdos inerentes ao período Antigo e Medieval na primeira versão da BNCC.

Capítulo 3 – Sequência didática “O Ensino de História como Combate a Intolerância Religiosa”: Apresentaremos uma sequência didática interdisciplinar focada na relação entre o Ensino de História e o combate à intolerância religiosa.

1 A INTOLERÂNCIA RELIGIOSA NA ANTIGUIDADE TARDIA

Durante o contexto da Antiguidade Tardia, compreendida entre os séculos III e IV, o Império Romano vivenciou uma série de acontecimentos caracterizados como perseguições aos cristãos, devido à crença que professavam. É certo, como veremos adiante, que divergências em relação aos seguidores de Cristo se iniciam desde o século I, mas é o período supracitado anteriormente que marca a institucionalização e a criação de leis para coibir os cristãos de proferir seus cultos.

Conforme bem explicado pela historiadora Claudia Beltrão, os romanos possuíam uma religião politeísta, em que se torna até mesmo difícil organizar todos os deuses num panteão, uma vez que não se sabe o número certo de divindades que existiam, e detalhes sobre qual era a função que cada Deus possuía. Havia deuses (as) que eram cultuados em templos, outros em santuários, alguns chegavam até mesmo a serem cultuados em grutas, as divindades eram quase que cidadãos romanos, pois era comum presenciar referências ao sagrado por todo o Império. O Estado Romano tomava todas as suas decisões importantes por meio de consultas e sacrifícios aos deuses, a religião era não só uma identidade do indivíduo, mas a referência e orientadora de como o Império e sucessivamente sua população deveriam viver. Algumas divindades eram mais conhecidas, pois seus cultos eram mais disseminados entre a população e possuíam datas e cerimônias específicas para serem cultuadas, em que podemos citar alguns exemplos como Júpiter, Juno, Marte, Vênus e Minerva (BELTRÃO; DAVIDSON, 2010). Algumas dessas divindades são conhecidas até os dias atuais e retratadas não só em trabalhos acadêmicos, mas também em livros, séries, filmes e outras produções da indústria cultural.

Por seu turno, as comunidades cristãs eram vistas como suspeitas por possuírem um modo de vida diferente do que era professado por aqueles que seguiam a religião romana. Os cristãos como nos informa Márcia Santos Lemos, eram tidos como ateus e subversores, pois se negavam a cultuar os deuses romanos e participar dos cultos imperiais, o que era tido como um ato de desrespeito e ameaça a ordem vigente, pois os rituais religiosos faziam parte da vida cívica do cidadão romano em relação a cidade que estava situado (LEMOS, 2013). Os cristãos apesar de serem pequenos em número e considerados suspeitos aos olhos do Estado Romano, eles

se consideravam uma nova ordem cívica, em que somente Cristo era o único soberano (IRVIN; SUNQUIST, 2004).

A divergência entre o monoteísmo vivenciado pelos cristãos e o modo de vida dos outros membros da sociedade do Império Romano, levará os seguidores de Cristo a serem considerados os principais inimigos internos do Estado Romano (SILVA, 2011). Conforme analisaremos a seguir.

1.1 As perseguições aos cristãos

Tradicionalmente, a respeito das perseguições ocorridas em relação aos cristãos, é estabelecido que ao todo foram 10 perseguições empreitadas, conforme nos informa Luiz Alberto de Boni:

Seriam fautores delas: 1. Nero (ano 64); 2. Domiciano (ano 95); 3. Trajano (anos 108-112); 4. Marco Aurélio (ano 177); 5. Setímio Severo (ano 202); 6. Maximino Trácio (ano 236); 7. Décio (anos 249-251); 8. Valeriano (anos 257-258); 9. Aureliano (anos 270-275); 10. Diocleciano: Grande perseguição (anos 303-305), retomada por Maximiano Daia (311-313) (BONI, 2014, p. 139).

No caso de Nero, em 64 d.C., durante o seu governo, houve um incêndio que destruiu boa parte da cidade de Roma. Ao buscar uma resposta à ira da população local, o Imperador em exercício acusou os cristãos de serem os culpados por terem provocado os incêndios, acarretando em uma onda de perseguição contra eles (IRVIN; SUNQUIST, 2004).

Por seu turno, Domiciano baniu sua sobrinha Flávia Domitila e mandou matar o seu esposo, os acusando de demonstrarem tendências cristãs. Porém, tal acusação aparenta ser uma desculpa, uma vez que o real motivo para tomar tal decisão seria o medo de sua sobrinha usurpar o trono (IRVIN; SUNQUIST, 2004).

Assim, nos séculos I e II, as comunidades cristãs já eram vistas com suspeitas pela população romana, mas não havia por parte do Estado qualquer tipo de perseguição. Deste modo, as ações de perseguição estavam mais restritas ao um determinado local e grupo social, ou pela vontade pessoal de um Imperador como no caso de Nero e de Domiciano (SILVA, 2011).

Portanto, aprofundaremos nosso estudo em relação às perseguições ocorridas principalmente nos séculos III e IV, pois é nesse contexto histórico que há a criação por parte do Estado Romano de leis, medidas e uma organização para perseguir os cristãos e os proibir de professar a sua fé, conforme analisaremos a seguir.

1.1.1 Décio e a perseguição aos cristãos

Décio teve seu reinado sobre o Império Romano entre os anos de 249 e 251 d.C, neste contexto a sociedade romana encontrava-se com sérios problemas em suas fronteiras territoriais, uma vez que eram comuns invasões de povos germânicos, que na visão dos romanos eram “bárbaros”¹ e ataques dos persas.

É neste período supracitado que é criada a primeira lei que regeu uma perseguição aos cristãos por todo o império (BONI, 2014). O edito foi criado pelo imperador no ano de 250, diante das ameaças externas que o Império passava, por meio da lei buscou obrigar que todos os indivíduos deveriam de promover sacrifícios aos deuses romanos, de modo a tentar uma intervenção divina para os problemas que vinham enfrentando. Apesar do edito não ser direcionado diretamente aos cristãos, na prática significou perseguição aos indivíduos que professavam sua fé em Cristo, uma vez que se negavam a praticar sacrifícios as divindades romanas. De modo a cumprir a jurisprudência, é instituído comissões locais para fiscalizar os cidadãos, levando importantes líderes das comunidades cristãs a fugirem para evitarem serem punidos, principalmente com o ato de serem mandados a trabalharem em minas (SILVA, 2011).

No ano seguinte, é criado um segundo Édito, com a mesma intenção do primeiro, mas com penalidades mais severas aos cristãos, aqueles que se negavam a praticar o culto das divindades romana, não era mais exilado, mas destinado a ter todos os seus bens confiscados ou até mesmo condenado a morte (GATT, 2022).

Mesmo com o fim do reinado de Décio, em 251, as perseguições aos cristãos estavam longe de terminar, e passariam a vivenciar momentos mais complicados no reinado de Valeriano.

¹ Na sociedade romana bárbaro era o termo utilizado para se referenciar ao indivíduo que não é romano.

1.1.2 Valeriano

Após se passarem cerca de sete anos da morte de Décio, Valeriano em 257 promulga mais dois editos em conjunto com o Senado Romano, uma vez que tinha o apoio da aristocracia que buscava medidas drásticas contra os cristãos, pois considerava eles culpados por crime de lesa majestade e objetivavam arrecadar dinheiro para suas guerras (BONI, 2014). Os seguidores de Cristo eram convocados novamente a serem obrigados a prestarem culto às divindades romanas, e eram proibidos de se reunirem. Os editos promulgados por Valeriano resultam principalmente em confisco dos bens dos cristãos, mas também na morte de suas principais lideranças (SILVA, 2011).

Em 260, com a captura e prisão de Valeriano pelos persas, seu filho Galiano, assume o poder e começa a revogar os editos de seu pai, no ano de 262. Neste período, os cristãos restituem suas igrejas, cemitérios e demais bens e são autorizados novamente a se reunirem e realizarem cultos, mesmo o cristianismo não sendo considerado uma religião oficial pelo Estado Romano.

Apesar de voltarem a vivenciar um período de paz, os cristãos anos depois voltariam novamente a serem perseguidos devido à crença religiosa que professavam, durante o reinado de Diocleciano e Galério.

1.1.3 Diocleciano e Galério

No ano de 284, Diocleciano (284-305), um oficial de carreira assume o controle do Estado Romano durante um contexto de estabilidade política e necessitando garantir controle sobre um território vasto (BONI, 2014). De modo a garantir um maior controle do poder imperial ele instituiu um modelo de tetrarquia:

Em 293, Diocleciano deu forma à tetrarquia: na condição de Augusto do Oriente, nomeou Galério como seu César e, Maximiano, como Augusto do Ocidente, escolheu Constâncio Cloro para sucedê-lo. Três princípios organizam o funcionamento do sistema tetrárquico: “a cooptação cria o direito dos Césares participarem do poder e receberem a herança dos Augustos; a antiguidade da eleição fixa a ordem hierárquica e os laços familiares (adoção e casamento) reforçam a eleição (LEMOS, 2013, p. 31).

Essa nova forma de governar utilizava principalmente da religião para poder garantir o poder político dos soberanos, era baseado na adoração ao imperador, Diocleciano chega a adotar o cognome Júpiter. Acreditavam que uma unidade religiosa seria a saída para retomar os tempos gloriosos do império (BONI, 2014).

Dentro desse cenário supracito, é determinado no ano de 300, que todos aqueles que proferissem a fé cristã deveriam ser expulso dos exércitos e da corte, e ordenado novamente que fossem realizado oferenda aos deuses romanos. Três anos depois, em 303, é emitido um novo edito contra os cristãos, dando início ao movimento conhecido como a Grande Perseguição (GATT, 2022). Passava ser proibido qualquer culto cristão, foi determinado a destruição de Igrejas e da Bíblia e de todo documento produzido ou que fizesse referência aos cristãos (BONI, 2014). Apesar de todos os tetrarcas concordarem com as medidas adotadas, as leis e o nível de perseguição e punição em relação aos cristãos foi diferente em cada parte do Império:

Constâncio Cloro mandou destruir algumas igrejas, mas não perseguiu os fiéis. Maximiano agiu com rigor e foram muitos os mártires. Nessas regiões, em verdade, só o primeiro edito foi parcialmente aplicado. Na região sob jurisdição de Diocleciano, a perseguição foi muito violenta, podendo-se citar o caso de uma aldeia na Frígia, onde todos eram cristãos: arrastados pelos pagãos até a igreja, foram nela encerrados, e arderam nas chamas do fogo nela ateado. Galério, na região que lhe cabia administrar, e onde os cristãos não eram tão numerosos, levou muitos à morte. Mas, acima de tudo, atingiu os soldados e os membros do clero. Essa foi, sem dúvida, a mais violenta perseguição sofrida pelos cristãos (BONI, 2014, p. 163).

Em 305, Diocleciano e Maximiano decidem renunciar aos seus cargos dando origem a segunda tetrarquia, em que Constâncio Cloro e Galério foram nomeados Augustos; Severo e Maximino Daia passaram a ser Césares. No ano seguinte, 306, Constâncio falece e seu filho Constantino é aclamado (LEMOS, 2013). Nesta nova configuração política, Constantino e Maxêncio, decidem abandonar qualquer perseguição aos cristãos na parte oriental do Império, restituindo novamente aos cristãos seus bens e permitindo que pudessem realizar seus cultos. Mas na parte Ocidental, Galério e Maximino continuavam perseguindo os cristãos (BONI, 2014).

Posteriormente, no ano de 311, Galério se encontrou muito doente e diante das pressões sofridas por Constantino e Licínio, decide promulgar um edito de “tolerância”. (LEMOS, 2013). Neste momento os cristãos puderem novamente retornar aos seus locais de culto e praticar novamente sua religião (SILVA, 2011). Em contrapartida, foi solicitado que todos os cristãos orassem pela saúde do imperador, mas Galério vem a falecer ainda no ano de 311.

Apesar do Edito de Tolerância, na parte territorial do império sob o controle de Maximino Daia as perseguições ocorreram normalmente até o ano de 313, quando é derrotado por Licínio (BONI, 2014). Contexto no qual os cristãos conseguirão atingir socialmente e politicamente uma posição relevante dentro da sociedade romana, como veremos adiante.

1.2 O Edito de Milão e o período de Constantino

Durante o ano de 312, Constantino derrota Maxêncio, no confronto conhecido como Batalha da Ponte (SILVA, 2011), em que alega ter visto a cruz cristã no céu referenciando sua vitória.

No ano seguinte, em 313, Constantino e Licêncio promulgam o Edito de Milão, que significa um novo marco para todos os cristãos, o cristianismo que durante séculos foi considerado uma religião ilícita pelo Estado Romano, torna-se licita, os cristãos passam a poder proferir sua fé sem nenhum impedimento (SILVA, 2011).

Posteriormente, com a vitória de Constantino sob Licêncio, ele passa a ser novamente o único imperador de todo o império, nesse período os que professavam a fé em Cristo passam a ter diversos benefícios. Constantino como primeiro Imperador Cristão, presidi o Concílio de Nicéia, ordena que novos exemplares das Sagradas Escrituras fossem produzidos, permiti que bispos assumissem cargos público, doa bens ao clero e solicita a construção de Igrejas (LEMOS, 2013). Em 324, o imperador decidi criar uma “Nova Roma”, assim, Constantinopla passa a ser a nova capital do Império situada no Oriente, revestida de valores cristãos (GATT, 2022).

Tal contexto histórico não foi benéfico somente para os cristãos, a elite romana também viu no Cristianismo um novo caminho de aliar religião e poder político e permitir a união de todo o Império Romano novamente:

A relação entre Igreja/Estado não beneficiou somente o Cristianismo. Na visão da aristocracia greco-romana, principalmente do imperador, era mais eficaz administrar o Império fundamentado em apenas uma doutrina, desde que aglutinado por uma única crença e devoção, do que disperso. Isso porque, desde a morte de Constâncio Cloro, Constantino almejava ser o único governante de um Império unificado. A conversão simbolizava que o imperador estava destinado às coisas grandes (GATT, 2022, p. 179 - 180).

Constantino vem a falecer no ano de 337, convertendo-se oficialmente ao cristianismo somente no leito de sua morte, acarretando novamente na divisão do poder político no Império Romano (GATT, 2022). Anos mais tarde, mesmo com o Edito de Milão em vigor, os cristãos voltam a sofrer novas perseguições por parte do Estado Romano, durante o governo de Juliano.

1.3 Juliano e a Dinastia Valentiana

Os cristãos vivenciam um período de privilégios e liberdade de culto até o ano de 360, quando chega ao fim o governo dos filhos de Constantino, e Juliano assume o controle sob o Império.

Juliano chega ao poder num contexto social em que o Cristianismo já estava consolidado e tolerado por boa parte da população e os bispos possuíam forte influência sob o Império. Mas, Juliano acreditava ter chegado ao poder por meio do deus sol, Hélius, que segundo o imperador era ele o responsável pela fundação e glória de Roma. Deste modo, decide por reconstruir templos pagãos, e impedir que os cristãos pudessem assumir cargos no governo. Por seu turno, os cristãos o denominam de “O Apóstata”, por tentar retomar o culto de uma divindade pagã. Juliano faleceu em 363, dando início a dinastia Valentiana (GATT, 2022).

Valentiano I assume o controle do Império em 364, permitindo que os cultos pagãos ocorressem normalmente, até o fim do seu reinado em 375. Posteriormente, seus filhos Valentiano II e Graciano, assumem o controle do Oriente e Ocidente respectivamente. Neste novo contexto político, Graciano passa adotar dessa vez medida contra os pagãos, ao suspender privilégios aos templos pagãos, que ficarão ainda mais severas durante o governo de Teodósio (GATT, 2022).

1.4 Teodósio

No fim do século IV, os cristãos se encontravam numa situação socialmente e politicamente completamente diferente do que tinham vivenciado anteriormente, conseguindo se tornar a religião oficial do Império Romano.

Teodósio I durante o seu governo, compreendido entre 379 – 395, publica o Edito de Tessalônica que faz da religião cristã a oficial do Império Romano. Deste modo, há uma relação direta entre poder divino e o poder do imperador (GUERRAS, 1992). O Imperador é colocado com um interventor entre Deus e o homem (GATT, 2022).

Durante tal contexto histórico são realizadas diversas perseguições contra os pagãos, que são proibidos de professarem sua fé ou qualquer conduta que não estivesse de acordo com a moral cristã. Templos e santuários relacionados aos deuses romanos são destruídos (GUERRAS, 1992).

Neste cenário exposto anteriormente, há uma completa inversão dos papéis, os cristãos que antes eram perseguidos, tornam-se a religião oficial, o paganismo que antes era o culto principal do Império, passa a ser proibido e seus seguidores perseguidos.

Conclusão

Com base no que foi relatado anteriormente, observamos que não houve um edito no Império Romano, ou seja, uma lei determinando que os órgãos coercitivos do Estado agissem para perseguir os cristãos até o ano de 250, como bem observado por Luiz Alberto de Boni (2014).

Identificamos que igualmente ao contexto histórico atual, na Antiguidade Tardia, também ocorreram intolerância religiosa e sucessivos conflito entre os indivíduos, devido à crença religiosa que professavam.

Percebemos que os cristãos foram os principais grupos religiosos a serem perseguidos, principalmente entre os séculos III e IV, mas que no final do último século citado anteriormente, a realidade social é completamente diferente, e são os pagãos (indivíduos que professavam a religião romana) que passam a ser perseguidos. Tais fatos históricos nos permitem verificar que as sociedades se transformam, e que a

religião é elemento fundamental para determinar se um indivíduo deve sofrer discriminação e até mesmo ser perseguido ou não.

Apontamos a importância de leis como o Edito de Milão, para estabelecer por meio do Direito, mecanismo para se evitar o conflito social e garantir que os indivíduos possam professar suas crenças sem nenhum impedimento.

Deste modo, pensamos que o contexto analisado neste capítulo é capaz de estabelecer um diálogo com o tempo contemporâneo e é relevante no Ensino de História, por evidenciar a importância da tolerância religiosa na dinâmica social e política. Assim, discutiremos no capítulo a seguir, a relação entre a História Antiga e Medieval e o Ensino de História, e como é possível por meio deste recorte temporal trabalhar questões atuais e estabelecer um diálogo com a realidade social dos alunos.

2 HISTÓRIA ANTIGA E MEDIEVAL E A BNCC

O conteúdo abordado no Ensino Fundamental e Médio, nas escolas públicas e privadas, tem como referência a Base Nacional Comum Curricular, proposta do Ministério da Educação que tem como objetivo estabelecer saberes, competências e habilidades para todas as modalidades da Educação Básica. A BNCC é a primeira experiência curricular nacional desde o fim da Ditadura Militar, na década de 1980.

Antes de chegarmos à versão atual da BNCC, promulgada em 2018, tivemos uma primeira versão divulgada pelo Ministério da Educação, em Outubro de 2015, ficando disponível para consulta pública até Março de 2016, período em que o texto recebeu mais de 12 milhões de críticas, elogios e opiniões enviadas pelas mais diversas instituições e indivíduos de todo o Brasil. A segunda versão se tornou pública em Maio de 2016, e passou por consulta pública através de pareceres analíticos de especialistas e seminários nacionais, sob a coordenação das Secretarias de Educação e do Conselho Nacional de Secretários de Educação. A terceira e última versão da Base Nacional Comum Curricular foi divulgada pelo MEC no início do ano de 2017, e tinha como objetivo fazer uma revisão da segunda versão através dos pareceres realizados.

Ao propor estabelecer conteúdos obrigatórios para todas as escolas do Brasil, a BNCC e suas versões foram alvo de críticas, sugestões, elogios, discussões e preocupação de pais, estudantes e principalmente professores, devido aos conteúdos que eram ou não tratados em suas propostas. No âmbito dos conteúdos inerentes ao componente curricular História, uma polêmica foi estabelecida devido a forma que os conteúdos foram abordados, ou até mesmo não inclusos, como no caso da História Antiga e Medieval, gerando fortes críticas principalmente à primeira versão do documento.

2.1 Primeira versão da BNCC

A 1ª versão da BNCC foi divulgada pelo Ministério da Educação no final do ano de 2015. A proposta determinava que os conteúdos inerentes ao componente

curricular História, deveriam ser aprendidos em cada ano do Ensino Fundamental por meio de quatro áreas: procedimentos de pesquisa; representações do tempo; categorias noções; e conceitos e dimensão político-cidadã. Essa divisão tinha como objetivo dar ênfase à História do Brasil e dar maior abordagem às culturas afrodescendentes, como determinado pela Lei nº 10.639/03, e indígenas brasileira, determinado pela Lei nº 11.648/08. Objetivava por meio da História problematizar questões identitárias advindas da revolução tecnológica do século XX.

Ao dar destaque à História da Nação, se privilegiou os acontecimentos ocorridos após o “descobrimento” do Brasil, desse modo, colocando a nação brasileira como centro da História, gerando uma ampla crítica à 1ª versão, por ter tomado uma abordagem historiográfica de não seguir uma linha cronológica, rompendo com a divisão tradicional da História que a divide em Antiga; Medieval; Moderna e Contemporânea. Os críticos também ressaltaram que essa ênfase somente na História do Brasil, acabaria fazendo com que os indivíduos com menos recursos tivessem poucos conhecimentos sobre o mundo, contribuindo para a desigualdade educacional existente no Brasil. Tal crítica é vista no parecer do Pedro Paulo A. Funari sobre a primeira versão que diz:

Não se pode entender o ser humano sem conhecer os hominídeos, cuja antiguidade ultrapassa, em muito, os dez mil anos de William Faulkner. Isto já o ressaltava Darwin, em meados do século XIX e, mais ainda, os estudos recentes nas áreas mais variadas, da Biologia à Arqueologia. Portanto, uma História focada na nação, embora possa ser bem-intencionada, nunca poderá possuir a devida conexão no tempo e no espaço. Os países que o têm feito, como no caso notável dos Estados Unidos da América, têm produzido um fosso profundo entre uma população que desconhece a História e a Geografia do mundo e uma elite que, esta sim, produz conhecimento profundo e bem fundamentado dos mais variados aspectos do passado, nas diversas partes do mundo. Um currículo escolar baseado nesse modelo tenderá a aprofundar o fosso entre as pessoas comuns, desconhecedoras do mundo, e os poucos que terão sempre acesso ao conhecimento universal e que estarão habilitados à devida inserção no mundo (FUNARI, 2016, p. 1).

Os principais conteúdos afetados com essa ênfase na História do Brasil, foram os inerentes às sociedades antigas e medievais.

Os temas tratados no período da Idade Média são importantes para estabelecer uma melhor compreensão das sociedades contemporâneas, por oferecer conhecimentos sobre religiões, como o Cristianismo e o Islamismo, permitindo aos indivíduos através dos estudos medievais compreender melhor a cultura política de sua sociedade e as crenças, valores e normas inseridos em seu meio de convivência. Tal exclusão na primeira versão da BNCC gerou críticas principalmente pela

Associação Brasileira de Estudos Medievais que mostrou preocupação com a formação dos alunos que não teriam conhecimento a respeito do Egito Antigo e de conteúdo inerente ao contexto medieval que são referenciados em diversas produções da Indústria Cultural (TEIXEIRA; PEREIRA, 2016).

Por seu turno, os docentes ligados à História Antiga, também estabeleceram críticas à retirada de tal período da BNCC. Os críticos argumentavam que era de extrema importância reinserir esses conteúdos, uma vez que o argumento que o período da Antiguidade era distante da realidade brasileira era improcedente, mesmo com o distanciamento geográfico e falta de recursos para pesquisas no Brasil (COELHO; BELCHIOR, 2017). O ensino da História Antiga permite aos estudantes ampliar seus conhecimentos a respeito do mundo, contribui para uma formação cidadã e compreensão das múltiplas visões de sociedade e culturas (SANTOS, 2019).

Desse modo, a reinclusão do conteúdo inerente ao período antigo e medieval se tornou importante por estabelecer uma maior compreensão das sociedades contemporâneas e permitir que um maior grupo de pessoas tenham acesso e informações sobre o passado e a origem das características que estão presentes até hoje.

As críticas estabelecidas à primeira versão da Base Nacional Comum Curricular por não incluir conteúdos como a História Antiga e Medieval; romper com a ordem cronológica, dar ênfase à história da nação brasileira, foram levadas em consideração ao ser elaborada a segunda versão.

2.2 Segunda versão da BNCC

A 2ª versão da BNCC divulgada pelo Ministério da Educação no dia 3 de Maio de 2016, trouxe de volta os conteúdos inerentes à História Antiga e Medieval. Na nova proposta, o período abordado no 6º ano do Ensino Fundamental, trazia a aprendizagem dividida em conhecimentos históricos e linguagem, e procedimentos de pesquisa.

A História Antiga na nova versão estabelecida pela BNCC, trata somente do contexto europeu, dando destaque às sociedades gregas e romanas.

Apesar da nova proposta ter argumentado que buscava inserir o Brasil como ponto de partida do conhecimento histórico, e valorizar a história da cultura afro-brasileira e indígena, não se identifica no 6º ano do Ensino Fundamental, essa abordagem temática que relaciona a História Antiga ao contexto contemporâneo da realidade brasileira.

O continente africano no contexto da Antiguidade é inserido somente por meio da expansão do território romano, como apontado no objetivo “(EF06HI12) - identificar os principais aspectos da expansão territorial de Roma na Península itálica, em regiões da Europa, da África e do Oriente Médio” (BRASIL, 2016, p. 466). Mesmo os conhecimentos a respeito da sociedade egípcia foram retirados do Ensino Fundamental.

No que lhe concerne, os conhecimentos históricos sobre a Idade Média inseridos na segunda versão, abordam uma perspectiva de Idade Média com ênfase na História da Igreja. Os objetivos propostos para que os alunos estudem durante o 6º ano, têm uma perspectiva política em que a trajetória da Igreja ganha destaque, como demonstrado nos objetivos “EF06HI014 - Identificar as origens do Cristianismo na região da Palestina e sua propagação por outras regiões do Império Romano” (BRASIL, 2016, p. 466) e “EF06HI20 - Identificar a fragmentação do poder político e a primazia cultural e política da Igreja Católica”. (BRASIL, 2016, p. 468).

A sociedade Medieval é retratada de maneira em que os indivíduos eram divididos em 3 ordens, como aponta o item “EF06HI2 - Classificar a estrutura da sociedade feudal definida a partir de três ordens, dos oratores, bellatores e laboratores, representadas pelas figuras do sacerdote, do cavaleiro e do camponês.” (BRASIL, 2016, p. 470) Desse modo, interpretando a sociedade medieval de maneira bem genérica.

Os aspectos econômicos são poucos aprofundados, sendo somente destacadas as trocas comerciais entre as sociedades cristãs e islâmicas e a relação entre a cidade e o campo, como demonstrado no item “EF06HI22 - Identificar o papel do comércio e das cidades na Idade Média.” (BRASIL, 2016, p. 466).

A parte de cultura praticamente dá nenhum destaque à cultura popular, e privilegia os aspectos relacionadas à igreja mais uma vez, como demonstra o item “EF06HI23 - identificar aspectos de manifestações culturais e artísticas do mundo medieval”, destacando a construção de catedrais, de castelos e o nascimento das Universidades (BRASIL, 2016, p. 466).

Já no caso do Islã, ao abordar os conteúdos referentes ao islamismo, o coloca de forma muito simples, pois apesar de propor que os alunos compreendam as trocas comerciais entre as sociedades cristãs e islâmicas, só há um objetivo de conhecimento que aborda o Islã que é o “EF06HI16 - Reconhecer as origens do Islamismo na Península Arábica no século VIII.” (BRASIL, 2016, p. 466). Desse modo, o Islã só é trabalhado através da sua origem e importância para o Cristianismo Católico, não há nenhuma referência que busque fazer com que os alunos entendam a dinâmica social, cultura, política e econômica do Islamismo e nem sua trajetória.

Ao comentarem os objetivos de conhecimento para a Idade Média os professores Igor Salomão Teixeira e Nilton Mullet Pereira ressaltaram que:

A segunda versão da Base, ao tentar reconstituir o caráter de uma cultura histórica e de um conhecimento das diversas experiências humanas, inclusive da Idade Média, se volta à velha fórmula que temos chamado neste artigo de *medievalidade*. A Idade Média aparece apenas no 6º ano, do Ensino Fundamental, através de objetivos que caracterizam um medievo envolto em preconceitos e desatualizações historiográficas (TEIXEIRA; PEREIRA, 2016, p. 23).

Apesar da inclusão dos conteúdos relacionados à História Antiga e Medieval, na segunda versão da Base Nacional Comum Curricular, temos a perspectiva que essa inserção ocorreu somente devido as fortes críticas formuladas à primeira versão. Em relação à Idade Média, ainda reproduziam uma perspectiva estabelecida pelo Renascimento que rotula o período como a Idade das Trevas e de uma sociedade que vivenciou uma era cristã. (TEIXEIRA; PEREIRA, 2016, p. 23).

Em linhas gerais, a segunda versão da BNCC não trazia grandes novidades em relação ao que já era ensinado nas escolas e nem estabelecia uma dinâmica de aprendizagem que estabelecesse um diálogo com o presente. Após o período determinado pelo MEC para receber críticas e sugestões em relação a proposta estabelecida, uma nova versão da BNCC, que está em vigor até os dias atuais é homologada, conforme analisaremos a seguir.

2.3 Terceira e última versão da BNCC

A versão definitiva da Base Nacional Comum Curricular teve sua divulgação no dia 03/04/2018, constituindo-se como um parâmetro curricular a ser seguido por todas

as redes de ensino. A terceira versão da BNCC traz como proposta uma divisão dos conteúdos em unidades temáticas e objetos de conhecimentos, os relacionando às habilidades que se espera que o aluno desenvolva. Tal versão, apesar de suas imperfeições como a não especificação dos conteúdos a serem ensinados no Ensino Médio, é mais bem elaborada, do que a versão anterior.

A BNCC determina que todo o conhecimento sobre o passado também é um conhecimento elaborado no presente, uma vez que o passado que deve impulsionar o ensino-aprendizagem é aquele que mantém um diálogo com a contemporaneidade. Nesta proposta, busca-se fazer com que o aluno seja capaz de realizar comparações, contextualizações, análises e interpretações que problematizem a ideia de um “outro” (BRASIL, 2018). Ou seja, que o aluno entenda as diversas representações culturais, políticas e sociais existente no mundo, e que respeite o diferente.

A História Antiga e Medieval na terceira versão, aparece no 6º ano do Ensino Fundamental, igualmente à versão anterior. A Antiguidade traz a novidade de propor não só conhecer o mundo clássico, com Grécia e Roma, mas também os povos antigos da África (egípcios), do Oriente Médio (mesopotâmicos) e nas Américas (pré-colombianos) e os povos originários do atual território que forma o Brasil (BRASIL, 2018). Desta forma, melhor atendendo as leis 10.639 e 11.645. Por seu turno, a Idade Média é trabalhada novamente por meio da religião cristã e seu impacto na cultura e na fragmentação política durante o medievo. A versão vigente não expande o conhecimento para outras formas de representação de sociedades em que a religião é quesito fundamental para constituição da identidade do indivíduo, como o Islamismo, que surge no Império Bizantino.

A questão da religião e sua relação com o Ensino de História é retratada na BNCC, nos anos iniciais do Ensino Fundamental durante o 5º ano, em que é indicado conhecer o papel das religiões e da cultura para os povos antigos e desenvolver a cidadania, a diversidade cultural e o respeito às diferenças culturais, históricas e sociais, atendendo a habilidade de “(EF05HI03) Analisar o papel das culturas e das religiões na composição identitária dos povos antigos” (BRASIL, 2018, p. 414). A questão religiosa aparece nos anos finais do Ensino Fundamental, no 6º ano, ao analisar a Idade Média por meio da religião cristã e no 7º ano ao se conhecer as reformas religiosas que fragmentaram o Cristianismo.

Assim, ao examinarmos a Base Nacional Comum Curricular, não identificamos na disciplina História de forma explícita a recomendação de se ensinar outras

religiões, apesar da BNCC propor que o Ensino de História deve partir de uma perspectiva de expor uma ampla variedade de realidades sociais. Constatamos que é principalmente no 5º, 6º e 7º anos, em que a questão da religião aparece como conteúdo a ser ensinado. Acreditamos que o 6º ano por abranger as sociedades antigas e medieval, o surgimento do cristianismo, e as perseguições religiosas, conforme analisado no capítulo anterior, torna-se o contexto mais adequado para tratar da relação da intolerância religiosa. Deste modo, analisaremos a seguir como tais conteúdos citados anteriormente estão representados nos livros didáticos.

2.4 Livros didáticos e a BNCC

Decidimos analisar os livros didáticos uma vez que na maioria das escolas públicas do Brasil, ele acaba por ser o único recurso disponível para ser utilizado pelos alunos e professores. A distribuição de obras pedagógicas, didáticas e literárias ao Ensino Público, é garantido por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

Optamos por escolher três livros didáticos utilizados durante o PNLD no ano de 2018 - 2020, para analisarmos como a questão da História Antiga e Medieval está representada nesses recursos didáticos, e como eles relacionam tais conhecimentos à proposta estabelecida pela BNCC. Decidimos dar ênfase ao 6º ano do Ensino Fundamental, por acreditamos que em tal contexto escolar torna-se mais plausível relacionar o ensino de história e o combate à intolerância religiosa.

O primeiro livro analisado foi “Estudar História Das Origens do Homem à Era Digital”, escrito pelas professoras Patrícia Ramos Braick e Anna Barrato, produzido pela editora Moderna, e publicado em 2018. Utilizamos a versão manual do professor, que além dos conteúdos presentes no material do aluno, traz informações, orientações e propostas de atividades a serem desempenhadas pelo professor. A obra traz uma ampla discussão da questão religiosa em diversas sociedades e contextos históricos. No capítulo 2 da Unidade 1, há um debate em torno do criacionismo e do evolucionismo, abordando como a questão da religião é importante para alguns indivíduos até mesmo para explicar a criação do mundo. Na Unidade 2, há a exposição da vida religiosa de diversas sociedades, como na Mesopotâmia, Egito Antigo e povos

nativos americanos, tal abordagem é seguida nas Unidades III e IV, em que são trabalhados os povos da Grécia Antiga, Império Romano e África, mostrando as diversas representações religiosas existentes ao longo do tempo. A questão das perseguições ocorridas contra os cristãos, que é nosso ponto de partida, aparece no capítulo 9 da Unidade III, denominado, “Cristianismo uma nova crença em terras romanas”. O livro didático apesar de trazer de forma resumida a questão, consegue trazer conhecimentos produzidos pela academia para um texto a ser lido na educação básica. O material cita as perseguições ocorridas, a importância do Edito de Milão e do Edito de Tessalônica para consolidação do Cristianismo. Nesse capítulo há uma proposta feita pelos autores, no item “Refletindo sobre”, de estabelecer uma atividade em conjunto com os alunos que aborde a questão da intolerância religiosa. A seguir trazemos imagem da proposta:

Figura 1 – Trecho do livro “Estudar História Das Origens do Homem à Era Digital”

Conversão ao cristianismo

Segundo a tradição, Helena (ou Santa Helena), mãe de Constantino, teria sido responsável pela conversão do filho ao cristianismo e pela descoberta, durante sua peregrinação à Palestina, do local em que Jesus foi crucificado, onde foi construída a Basílica do Santo Sepulcro.

Refletindo sobre

Resposta pessoal. O objetivo é refletir sobre tolerância religiosa. É bastante provável que existam na turma alunos de religiões diferentes, o que pode enriquecer a discussão. Estimule-os a pensar sobre o comportamento que costumam ter diante de pessoas com ideias e crenças diferentes, conduzindo-os ao entendimento de que é necessária a convivência pacífica entre pessoas de religiões diferentes.

O grupo manifesta algum preconceito? O que explica a postura preconceituosa? Essa discussão, que pode ser retomada durante o estudo do capítulo 10 (sobre o islã e as religiões de matriz africana), é importante para eliminar o preconceito e a discriminação entre as religiões, auxiliando na construção de um mundo mais tolerante.

BNCC

A atividade contempla parcialmente a **Competência Geral da Educação Básica nº 9** e a **Competência Específica de Ciências Humanas nº 1**.

Refletindo sobre

Você já foi excluído de algum grupo ou perseguido por causa de alguma crença? Que sentimentos a situação provocou em você? Quando você precisa conviver com alguém que pensa diferente de você, que atitudes procura tomar?

Explore

Responda em seu caderno

- De acordo com o autor, o cristianismo, em vez de ser uma força mortal, atuou como fator de unidade do Império Romano. Explique.

Perseguição e triunfo do cristianismo

Os cristãos recusavam-se a adorar o imperador e os deuses pagãos, e por isso passaram a ser perseguidos pelas autoridades romanas. As perseguições, porém, não ocorriam o tempo todo. Havia períodos de paz em que os cristãos podiam percorrer as terras romanas levando a mensagem deixada por Jesus.

A perseguição aos cristãos não impediu o crescimento do novo credo e a consolidação da Igreja cristã, cada vez mais organizada. A partir do século III, quando os imperadores começaram a perder força e a unidade do império passou a ser ameaçada, a Igreja já era uma instituição poderosa, capaz de influenciar grande parte dos habitantes do império. Por isso, tornou-se importante ter seu apoio.

A legislação imperial demonstrou essa mudança: em 313, pelo **Edito de Milão**, o imperador Constantino, já convertido, concedeu liberdade de culto aos cristãos e adotou um símbolo cristão para sua armadura (o crisma); em 380, o imperador Teodósio, pelo **Edito de Tessalônica**, tornou o cristianismo a religião oficial do Império Romano.

Em menos de quatro séculos, o cristianismo deixou de ser uma religião perseguida para se transformar em religião de Estado.

Leia, abaixo, o que o historiador Pierre Grimal escreveu a respeito:

“[No século III] ainda se verificam perseguições [...] mas também é evidente que [...] a tolerância em relação aos cristãos surge como uma necessidade política e torna-se regra. [...]”

A religião cristã adquirira já um grande peso no império. Um dos dois Césares [...] publica [...] um edito de tolerância. O que equivalia a reconhecer o poder do deus dos cristãos. [...] O poder já não persegue os cristãos, favorece-os, ajuda-os. [...] Em vez de aparecer como uma força mortal no império, o cristianismo é um elemento de coesão, um fator de unidade no Ocidente [...].”

GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Lisboa: Edições 70, 1999. p. 129-131.



Fonte: BRAICK; BARRETO, 2018.

Deste modo, o primeiro livro analisado aborda a questão da intolerância religiosa e consegue estabelecer um diálogo com os conteúdos produzidos pela academia e a BNCC, reconhecendo a importância de se combater o pré-conceito religioso.

O segundo livro/manual do professor analisado é denominado “Inspire História”, destinado ao 6º ano do Ensino Fundamental, dos autores Reinaldo Seriacopi e Gislane Azevedo, produzido no ano de 2018 pela editora FTD. Esta edição, como no primeiro material analisado, também traz a questão da explicação religiosa e científica para a criação do mundo em sua Unidade 1, e aborda a questão religiosa no decorrer das Unidades 2, 3 e 4, ao expor as características dos diversos povos durante a Antiguidade e a Idade Média. Nosso recorte cronológico e temático da questão da intolerância religiosa no século III e IV, aparece ao longo do capítulo 8, da Unidade 3, no item “A vida religiosa”. A síntese registra que os cristãos foram perseguidos nos primeiros séculos, que o Imperador Constantino concedeu liberdade de culto ao grupo, em 313, e que mais tarde foi celebrada como a religião oficial do Império. Os autores também fazer a seguinte proposta de atividade a ser trabalhada:

Figura 2 – Página do Livro “Inspire História”

A BNCC NESTA DUPLA

COMPETÊNCIAS

- Específicas de Ciências Humanas: 3 e 7
- Específica de História: 3

HABILIDADE

- EF06HH4

PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS


- Pergunte aos alunos o que eles sabem sobre a presença cristã no Império Romano, anote as respostas na lousa e, em seguida, peça que realizem a leitura do texto e da imagem da página 166.
- Retorne a questão e ajude-os a verificar as informações que explicam a relação entre Cristianismo e Império Romano, chamando a atenção para o local de nascimento de Cristo (Palestina) e para as perseguições sofridas pelos cristãos, ordenadas por imperadores como Nero e Marco Aurélio.
- Destaque também o caráter político dessas perseguições: os cristãos recusavam-se a cultuar a deusa Roma, símbolo da unidade do império, e a popularidade do Cristianismo entre escravos, mulheres e pobres.
- Promova uma conversa que leve os alunos a pensar sobre o direito à diversidade religiosa, o preconceito e a intolerância com algumas manifestações religiosas (sobretudo as de matrizes africanas). São debates importantes na construção desta proposta de combate aos estereótipos e à intolerância.

O nascimento do cristianismo

Durante o período imperial surgiu na Palestina, região dominada pelos romanos, uma nova religião: o cristianismo, que se baseava nos ensinamentos de Jesus Cristo. Seus seguidores, os cristãos, acreditavam que Jesus era o filho de Deus e que tinha sido enviado à Terra para redimir a humanidade de seus pecados, pregar o amor ao próximo (sem distinção entre ricos e pobres) e garantir a salvação eterna.

A doutrina de Jesus, que era monoteísta, era oposta às das autoridades romanas, que acreditavam que os imperadores tinham caráter divino. Ao mesmo tempo, irritou os sacerdotes judeus, que não reconheciam Jesus como o Messias enviado por Deus. Preso pelos romanos, Jesus foi condenado à morte e crucificado. Seus seguidores se espalharam então pelo império para divulgar seus ensinamentos.

Os cristãos foram perseguidos por muito tempo, até que o imperador Constantino, em 313 d.C., concedeu liberdade de celebração pública das cerimônias cristãs. Em 392 d.C., o cristianismo foi declarado religião oficial do Império Romano pelo imperador Teodósio.



➤ Catacumba cristã da Via Latina do século IV, em Roma, Itália. No afresco, cena representando Hércules trazendo a princesa Alceste de volta do Hades para seu marido Admeto.

166

Observamos que o procedimento didático proposto pelos autores para promover a diversidade religiosa tem como ponto de partida as perseguições promovidas pelos Imperadores Nero e Marco Aurélio. Neste caso, acreditamos que essa ênfase não seja a mais adequada uma vez que conforme analisamos no capítulo 1, perseguições aos cristãos são constituídas principalmente nos séculos III e IV, em que os imperadores supracitados já não mais reinavam. Também não observamos nenhuma citação ao Edito de Milão e à importância das leis que garantem a liberdade religiosa.


O terceiro livro analisado é o manual do professor “História, Escola e Democracia 6º ano”, escrito por Flavio de Campos, Regina Claro e Miriam Dolhnikoff, também produzido pela Editora Moderna. Ao contrário dos dois livros analisados anteriormente, ao abordar a origem da humanidade no Capítulo 2, não é abordada a explicação feita pelo criacionismo, dando destaque somente à científica. A questão religiosa aparece no decorrer do livro ao explicar os diferentes povos e sociedades na Antiguidade e na Idade Média, mas dando menor destaque à questão em comparação aos outros livros. Nosso recorte cronológico e temático aparece no capítulo 6, ao abordar a crise do Império Romano, no subtítulo “Perseguições e aceitação”. A seguir trazemos um trecho do livro ilustrado:

Figura 3 – Trecho do livro “História, Escola e Democracia 6º ano”

TÁ LIGADO ?

40. Originalmente, o cristianismo era uma seita judaica. As duas crenças são mono-teístas, acreditam em um profeta enviado por Deus, falam na necessidade das preces.

41. Acreditar numa recompensa futura, num reino celestial, era uma maneira de suportar a miséria e as violências terrenas. A ideia de um deus sofredor, humilde e pobre que se sacrificava pelos seres humanos também atraía os marginalizados do Império Romano.



Díptico com o Santo Sepulcro e o Anjo anunciando a ressurreição de Cristo, anônimo. Marfim, c. 400.

Perseguições e aceitação

O crescimento do número de cristãos levou muitos imperadores romanos a comandar perseguições contra adeptos da nova religião. Os cristãos foram duramente perseguidos pelo imperador Nero, na década de 60 d.C., que mandou queimar vivos muitos fiéis. Outros, entre os quais crianças e mulheres, foram jogados na arena do Coliseu para serem comidos pelos leões. Dois dos apóstolos de Jesus, Pedro e Paulo, morreram nessa época.

No século III, em meio à crise, outros imperadores lançaram violentas ofensivas contra os cristãos. Uma grande perseguição ocorreu nos primeiros anos do século IV, durante o governo de Diocleciano. Depois disso, o cristianismo foi tolerado pelo imperador Constantino, que, em 313, ordenou o fim da perseguição aos cristãos. Em 391, o imperador Teodósio tornou o cristianismo a religião oficial de Roma. A partir daí, o catolicismo não cessou de expandir-se e tornou-se a religião mais forte e influente nos últimos 150 anos do Império.

TÁ LIGADO ?

40. Aponte três aspectos semelhantes entre o judaísmo e o cristianismo.

41. Aponte dois aspectos que podem explicar a aceitação do cristianismo pelos grupos mais pobres e marginalizados do Império Romano.

158

CAPÍTULO 6 | Roma Antiga

REPRODUÇÃO PROIBIDA | NÃO ESCREVA NO LIVRO

Constatamos que é citado a importância de Constantino, mas não há menção ao Edito de Milão. Igualmente, ao segundo livro, identificamos uma ênfase aos atos cometidos pelo imperador Nero. Diferente dos dois livros anteriores, não há nenhuma referência ou atividade proposta para promover a tolerância religiosa e citação da Base Nacional Comum Curricular.

Deste modo, podemos perceber que a abordagem da perseguição aos cristãos e a questão da intolerância religiosa é tratada de diferentes formas nos livros didáticos, mesmo com a existência da BNCC.

Considerações

Ao analisarmos a questão da História Antiga e Medieval e sua relação com a BNCC, constatamos que a inclusão de tais conteúdos na versão definitiva, se deu após um longo processo de críticas estabelecidas principalmente pelos acadêmicos pesquisadores do período.

Percebemos que apesar da BNCC não deixar explícito a necessidade de ensinar outras religiões, os materiais didáticos estão incluindo tais questões principalmente no 6º ano do Ensino Fundamental.

Constatamos que apesar de alguns livros didáticos argumentarem e exporem a questão da intolerância religiosa e atividades a serem realizadas, tais questões podem ser mais bem trabalhadas. Deste modo, pelo fato da questão religiosa estar apontada para ser trabalhada ao longo do 6º ano do Ensino Fundamental, propomos no próximo capítulo a seguir, uma sequência didática que dialogue com o presente e permita o envolvimento e a crítica dos estudantes em sala de aula.

3 Sequência Didática – O Ensino de História como combate a intolerância religiosa

Introdução:

Essa sequência didática tem como ênfase desenvolver nos alunos o conhecimento atitudinal de valorizar a diversidade religiosa e entender a importância de respeitar os outros e de leis que permitam a liberdade de expressão, como a religiosa.

Para trabalhar a questão da intolerância religiosa no Ensino de História, propomos referenciar o contexto dos séculos III e IV, período marcado pela crise do Império Romano, em que o Cristianismo surge e se expande, e consecutivamente os indivíduos que professavam a fé em Cristo, passam a sofrer uma sequência de perseguições, em que tinham seus templos e propriedades invadidas em represália à religião que professavam. Esse cenário é parecido com o que vivenciamos na contemporaneidade, onde indivíduos ainda sofrem perseguição ou pré-conceito religioso devido a sua prática religiosa, principalmente as religiões de matriz africana, como a Umbanda e o Candomblé.

A Base Nacional Comum Curricular orienta que o ensino sobre o passado deve buscar estar atrelado a questões da realidade social do presente. Assim, estabeleceremos um diálogo com a Antiguidade Tardia para estabelecermos um diálogo com o presente e refletimos sobre a realidade social. Por meio do estudo do passado, atrelado às questões do presente, provocaremos nos alunos a crítica a partir das interpretações, comparações, contextualizações e análises. Na abordagem reflexiva, realizada coletivamente, em sala de aula, objetivamos levar ao entendimento que liberdade e respeito mútuo são valores com os quais os estudantes devem estar comprometidos.

Professor: Daniel Ferreira Dias.

Duração: Seis (6) tempos de 45 min. divididos em duas (2) aulas de 135 min.

Nível de Ensino: 6º ano do ensino fundamental.

Disciplinas envolvidas: Ensino Religioso (Reconhecer e respeitar as distintas manifestações e tradições religiosas); Geografia (O sujeito e seu lugar no mundo/Identidade sociocultural) e Matemática (Probabilidade e estatística/ Leitura e interpretação de tabelas e gráfico).

Recursos didáticos:

- Quadro
- Projetor
- Notícias de Jornais
- Gráficos
- Fonte Histórica

Conteúdos Factuais:

- Entender a crise do Império Romano.
- Compreender a intolerância entre os diversos grupos religiosos e suas consequências.

Conteúdos Conceituais:

- Entender o que é intolerância por meio das divergências existentes entre os indivíduos.
- Perceber o motivo da existência de leis para solucionar conflitos sociais.

Conteúdos Procedimentais:

- Analisar e comparar as fontes.
- Investigar as Religiões existentes no Brasil, Legislação sobre intolerância religiosa, ações que caracterizam preconceito religioso, como proceder em caso de intolerância religiosa e como valorizar a diversidade religiosa.

- Elaborar uma cartilha sobre intolerância religiosa.

Conteúdos Atitudinais:

- Fazer o aluno identificar os grupos que sofrem mais intolerância religiosa.
- Valorizar a diversidade religiosa.
- Entender a importância de respeitar os outros e de leis que permitam a liberdade de expressão, como a religiosa.

Habilidades BNCC:

- (EFO6HIO2) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas.
- (EFO6HI13) Conceituar “império” no mundo antigo com vistas à análise das diferentes formas de equilíbrio e desequilíbrio entre as partes envolvidas.
- (EFO6HI14) Identificar e analisar diferentes formas de contato, adaptação ou exclusão entre populações em diferentes tempos e espaços.
- (EFO6HI18) Analisar o papel da religião cristã na cultura e nos modos de organização social no período medieval.
- (EFO7ER01) Reconhecer e respeitar as práticas de comunicação com as divindades em distintas manifestações e tradições religiosas.
- (EFO7ER08) Reconhecer o direito à liberdade de consciência, crença ou convicção, questionando concepções e práticas sociais que a violam.
- (EFO6MA32) Interpretar e resolver situações que envolvam dados de pesquisas sobre contextos ambientais, sustentabilidade, trânsito, consumo responsável, entre outros, apresentadas pela mídia em tabelas e em

diferentes tipos de gráficos e redigir textos escritos com o objetivo de sintetizar conclusões.

Desenvolvimento metodológico:

Primeira Aula

1º momento

Abordagem do tema pelo professor sobre as perseguições ocorridas aos cristãos nos séculos III e IV, no Império Romano, buscando estabelecer um diálogo com o presente, por meio de notícias de jornais e gráficos e dados oficiais disponibilizados pelas instituições públicas. Em que os alunos desenvolverão a competência de comparar os diversos contextos históricos e interpretar as diferenças e semelhanças encontradas entre o passado e o presente.

A seguir indicamos exemplos de notícias de jornais e gráficos a serem utilizados:

Figura 4 - Notícia em que um terreiro de umbanda é invadido e depredado

The image shows a screenshot of a news article header from G1. At the top, there is a red navigation bar with 'MENU', 'g1', 'SÃO CARLOS E ARARAQUARA', and 'EPTV' logos, along with a search icon labeled 'BUSCAR'. Below this is a promotional banner for 'UltraTon' mobile phones. The banner features the text 'UltraTon' in large green letters, 'ton por stone' in smaller text, and '2,87% no crédito à vista' in large green numbers. A green button below the text says 'Peça já a sua'. In the center of the banner are two green mobile phones.

Terreiro de umbanda é invadido e depredado em Araraquara; polícia apura intolerância religiosa

Casa foi invadida e teve imagens quebradas quando pais de santo não estavam na segunda (2).

Por G1 São Carlos e Araraquara

03/08/2021 12h55 · Atualizado há 10 meses



Figura 5 – Notícia sobre intolerância religiosa cometido por um homem

Autor de intolerância religiosa confessa que quebrou imagens no Trapiche, Fernão Velho e em Campo Alegre

Arquivo: PÁGINA CIVIL DO ESTADO DE ALAGOAS

SIGA O TRILHO NO GOOGLE NEWS(HTTPS://NEWS.GOOGL.COM/PUBLICATIONS/CAAQ8MGKXNHJRG5W3V6GAWOCE0=BR-PT-428&DC=3&HL=PT-R&SL=BR)



Verbalismo intolerância religiosa na igreja do Trapiche | Controla

Um homem, de 29 anos, foi indiciado por vandalismo e intolerância religiosa após ter confirmado ser o responsável pelos casos de destruição de imagens religiosas da Igreja Católica nos bairros do Trapiche e Fernão Velho, em Maceió, e também no município de Campo Alegre.

O homem foi preso, inicialmente, por violência doméstica no último final de semana na cidade de Campo Alegre. De acordo com informações do delegado João Marcelo, ele trabalha como motorista de aplicativo e aparentava transtornos mentais.

Ao ser ouvido pelo caso de violência doméstica, o homem confirmou ser o responsável pela destruição das imagens de Padre Cícero, em Campo Alegre, e de santos nas igrejas de Fernão Velho e do Trapiche e alegou motivos religiosos, por se sentir incomodado em relação às imagens. Após a prisão, o homem ficou à disposição da Justiça.

Fonte: POLICIA CIVIL DO ESTADO DE ALAGOAS, 2023.

Figura 6 – Notícia em que praticantes de religiões de matrizes africanas afirmam sofrer intolerância religiosa

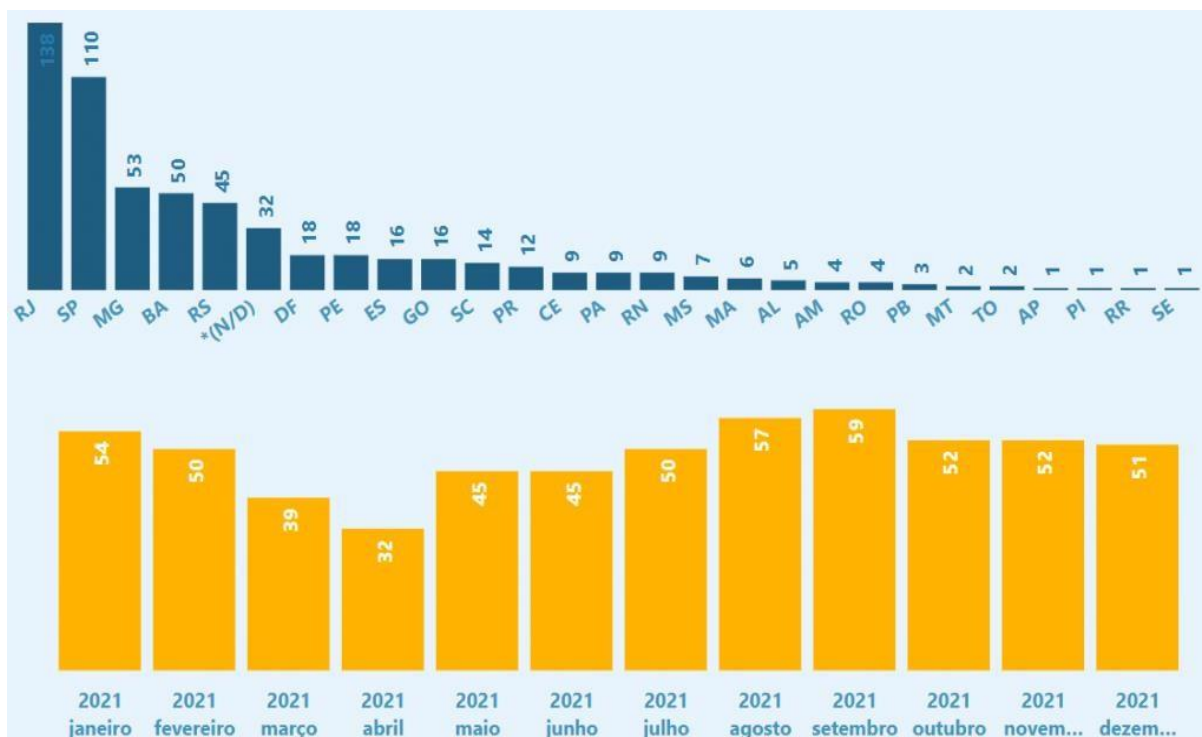
Guerra santa: pessoas ligadas às religiões de matrizes africanas afirmam que a Prefeitura de São Gonçalo está cometendo intolerância religiosa

Garantida por lei, a Semana da Umbanda corre o risco de não acontecer, por falta de investimento público, pelo segundo ano seguido. Eventos cristãos vêm recebendo apoio normalmente

Por **Felipe Lucena** - 9 de maio de 2023

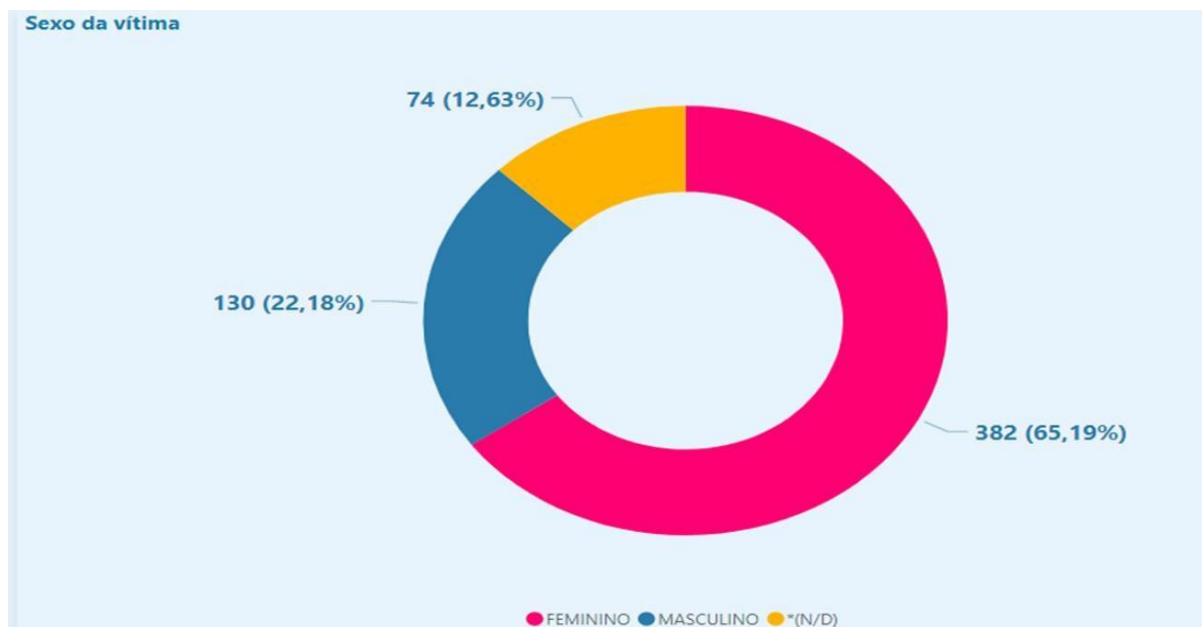
Fonte: LUCENA, 2023.

Gráfico 1 - Denúncias de intolerância religiosa por Estado



Fonte: HOLANDA, 2022.

Gráfico 2 – Sexo da Vítima



Fonte: HOLANDA, 2022.

Tempo estimado: 90 minutos

2º Momento

Exposição junto à turma de que as perseguições religiosas na Antiguidade Tardia foram proibidas por meio da criação de leis, como o Edito de Milão. Propomos leitura da fonte histórica em conjunto com a turma e posteriormente, a divisão da turma em grupos e dos seguintes temas: Religiões existentes no Brasil; Legislação sobre intolerância religiosa; ações que caracterizam preconceito religioso; como proceder em caso de intolerância religiosa; e como valorizar a diversidade religiosa. Em que cada grupo terá que pesquisar sobre o tema escolhido para a próxima aula.

A seguir trechos do Edito de Milão a ser lido com os alunos:

13 de Junho de 313

“Quando eu, Constantino, assim como eu, Licínio, felizmente nos encontramos perto de Milão, e considerando tudo que dizia respeito ao bem-estar e segurança pública, pensamos, entre outras coisas que seria para o bem de muitos, os regulamentos pertencentes ao culto divino certamente devem ser feitos primeiro, para que possamos conceder aos cristãos e outros plena autoridade para observar a religião que cada um prefere; de onde qualquer divindade pode ser propícia e gentilmente disposta a nós e a todos os que estão sob nosso governo. [...] e agora qualquer um destes que deseja observar a religião cristã pode fazê-lo livre e abertamente, sem molestamento. [...] Quando vir que isso lhes foi concedido por nós, Vossa Excelência saberá que também concedemos a outras religiões o direito de observância aberta e gratuita de seus cultos em prol da paz de nossos tempos, para que cada um tenha a livre oportunidade de adorar como bem entender; este regulamento foi feito para que não pareçamos prejudicar nenhuma dignidade ou religião.

Além disso, especialmente no caso dos cristãos, consideramos melhor ordenar que os lugares onde eles costumavam se reunir, sejam devolvidos aos cristãos. [...] Todos esses bens devem ser entregues imediatamente à comunidade dos cristãos por sua intercessão e sem demora. E não apenas os lugares em que costumavam se reunir, mas também outras propriedades, a saber, as igrejas, pertencentes a eles [...]. Além disso, para que a declaração deste decreto chegue ao conhecimento de todos,

será anunciado em todos os lugares e levado ao conhecimento de todos”. (CONSTATINO; LICÍNIO, 313, tradução nossa).

Tempo estimado: 45 minutos

2º Aula

Primeiro momento

A turma se organiza em formato de círculo, cada grupo aborda o que pesquisou e debateu, abrindo espaço e ouvindo os outros grupos e vendo os pontos convergentes (ou o que também interferia naquele determinado aspecto) e divergentes envolvendo a temática, debatendo em conjunto (a turma inteira). O professor se posiciona como mediador da discussão.

Tempo estimado: 45 minutos.

Segundo momento

Cada grupo preenche a cartilha sobre intolerância religiosa que se encontra disponível no Apêndice. Em seguida, é feita a exposição do trabalho produzido em conjunto por todos os alunos.

Tempo estimado: 90 minutos.

Avaliação:

A sequência didática propõe uma avaliação de forma continuada dos alunos, analisando o debate coletivo, os argumentos individuais, as respostas em aula, a postura de atenção em sala durante a explicação oral além da apresentação e da organização dos grupos na exposição do tema, considerando a complexidade do que é a intolerância religiosa e suas manifestações nos diversos contextos históricos e sociais.

Bibliografia:

POLICIA CIVIL DO ESTADO DE ALAGOAS. Autor de intolerância religiosa confessa que quebrou imagens no trapiche, fernaõ velho e em campo alegre. **TNH1**, 2023. Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/autor-de-intolerancia-religiosa-confessa-que-quebrou-imagens-no-trapiche-fernao-velho-e-em-campo-alegre/>. Acesso em: 10 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BROWN, Peter. Antiguidade Tardia. In: DUBY, Georges; ARIÈS, Philippe. **História da vida privada**: Do Império Romano ao Ano Mil. 7ª Edição. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Tempo**, v. 11, n. 21, p. 17-32, 2006.

HOLANDA, Letícia. Denúncias de intolerância religiosa cresceram 141% no brasil em 2021. **Metrópoles**, 2022. disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/denuncias-de-intolerancia-religiosa-cresceram-141-no-brasil-em-2021>. Acesso em: 30 jul. 2022.

LUCENA, Felipe. Guerra santa: pessoas ligadas às religiões de matrizes africanas afirmam que a prefeitura de são gonçalo está cometendo intolerância religiosa. **Diário do Rio**, 2023. Disponível em: <https://diariodorio.com/guerra-santa-pessoas-ligadas-as-religioes-de-matrizes-africanas-afirmam-que-a-prefeitura-de-sao-goncalo-esta-cometendo-intolerancia-religiosa/> Acesso em: 09 mai. 2023.

LE GOFF, Jacques. **A Idade Média Explicada aos Meus Filhos**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

MATTOS, Ilmar Rohloff. “Mas não somente assim!” Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. **Tempo**, v. 11, n. 21, p. 5-16, 2006.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História**: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa e PENNA, Fernando Araújo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 1, p. 191-211, jan/abr, 2011.

TERREIRO de umbanda é invadido e depredado em araraquara; polícia apura intolerância religiosa. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos-regiao/noticia/2021/08/03/terreiro-de-umbanda-e-invadido-e-depredado-em-araraquara-policia-apura-intolerancia-religiosa.ghtml>. Acesso em: 30 mar. 2023.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto observamos que a questão da intolerância religiosa é uma temática presente em diversas sociedades e contextos históricos. Observamos que a intolerância pode ser expressada em formas distintas, tanto como política de Estado como exposto no capítulo 1, como por meio de divergências entre indivíduos, conforme exposto nas notícias vinculadas nos sites jornalísticos contemporâneos.

Identificamos a importância das leis que garantem aos indivíduos a liberdade de expressarem suas crenças religiosas. Confirmamos que a escola deve refletir sobre essa questão no processo de formação cidadã dos indivíduos, além de ser espaço por excelência de aprendizagem e valorização da alteridade e do respeito às diferenças.

Constatamos que apesar da BNCC não deixar explícita a necessidade de abordar inúmeras vertentes religiosas no componente curricular História, tal temática está presente nos livros didáticos. Algumas abordagens nos parecem mais adequadas e completas, em detrimento às sínteses que enfatizam períodos históricos distintos do proposto nesse percurso didático.

Acreditamos que os produtos pedagógicos elaborados no decorrer deste trabalho, sequência didática e cartilha contra a intolerância religiosa, atendem os quesitos propostos pela BNCC e pelas leis 10.639/03 e 11.648/08, e são produtos didáticos capazes de auxiliar os professores que atuam na Educação Básica. Nosso objetivo é validar práticas pedagógicas que dialoguem com o presente e sejam capazes de contribuir para uma sociedade mais justa, igualitária e que busque o respeito ao diferente.

REFERÊNCIAS

POLICIA CIVIL DO ESTADO DE ALAGOAS. Autor de intolerância religiosa confessa que quebrou imagens no trapiche, fernaõ velho e em campo alegre. **TNH1**, 2023. Disponível em: <https://www.tnh1.com.br/noticia/nid/autor-de-intolerancia-religiosa-confessa-que-quebrou-imagens-no-trapiche-fernao-velho-e-em-campo-alegre/>. Acesso em: 10 maio. 2023.

BELTRÃO, Claudia; Davidson Jorge. **História Antiga volume 2**. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Versão Preliminar da Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Segunda Versão da Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BONI, *Luis Alberto De Boni*. O estatuto jurídico das perseguições dos cristãos no império romano. **Marília**, v. 37, p. 135-168, 2014. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/4727/3454>. Acesso em: 04 mai. 2023.

BRAICK, Patrícia Ramos; BARRETO, Anna. **Estudar história: das origens do homem a era digital: manual do professor**. São Paulo: Moderna, 2018.

BROWN, Peter. Antiguidade Tardia. In: DUBY, Georges; ARIÈS, Philippe. **História da vida privada: Do Império Romano ao Ano Mil**. 7ª Edição. São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

BROWN, Peter. **The Rise of Western Christendom: triumph and diversity, A.D. 200–1000**. 10th anniversary rev. ed. New Jersey: wiley-blackwell, 2013.

CAIMI, Flávia Eloisa. Por que os alunos (não) aprendem História? Reflexões sobre ensino, aprendizagem e formação de professores de História. **Tempo**, v. 11, n. 21, p. 17-32, 2006.

CAMPOS, Flavio de; CLARO, Regina; DOLHNIKOFF, Miriam. **História: escola e democracia: manual do professor**. São Paulo: Moderna, 2018.

COELHO, Ana Lucia Santos; BELCHIOR, Ygor Klain. A BNCC E A HISTÓRIA ANTIGA: uma possível compreensão do presente pelo passado e do passado pelo presente. **Mare Nostrum**, São Paulo, n.8, p. 62 – 78, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/marenostrum/article/view/138861>. Acesso em: 9 mai. 2023.

HOLANDA, Letícia. Denúncias de intolerância religiosa cresceram 141% no Brasil em 2021. **Metrópoles**, 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/denuncias-de-intolerancia-religiosa-cresceram-141-no-brasil-em-2022> Acesso em: 30 jul. 2022.

CONSTANTINO; LICÍNIO. **Internet Medieval Sourcebook Galerius and Constantine**: Edicts of Toleration 311/313 AD. Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/source/edict-milan.asp>. Acesso em: 10 mai. 2023.

GATT, Pablo. Das perseguições à oficialização do Cristianismo no Império Romano: os relatos de Cipriano de Cartago e de Eusébio de Cesareia. **Mundo Livre**: revista multidisciplinar, v. 8, n. 2, p. 157-188, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/mundolivre/issue/view/2740>. Acesso em: 02 mai. 2023.

SANTOS, Dominique. O ensino de história antiga no Brasil e o debate da BNCC. **Outros Tempos**, São Luís, vol. 16, n. 28, p. 128 – 145, 2019. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/view/703. Acesso em: 30 jul. 2022.

SERIACOPI, Reinaldo; AZEVEDO, Gislane. **Inspire história**: 6º ano. São Paulo: FTD, 2018.

GRANT, Michel. **História de Roma**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GUIMARÃES, Géssica; MORAES, Renata; PINTO, Carlos Eduardo Pinto; FELIPPE, Eduardo Ferraz; PINHA, Daniel; SOUSA, Francisco Gouvêa de; SILVEIRA, Marta. Considerações acerca da segunda versão da Base Nacional Comum Curricular - História. **Departamento de História da UERJ**: Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/diversas/item/3574-nota-sobre-a-segunda-versao-da-bncc>. Acesso em: 29 jul. 2022.

GUERRA SANTA: pessoas ligadas às religiões de matrizes africanas afirmam que a prefeitura de São Gonçalo está cometendo intolerância religiosa. **Diário do Rio**, 2023. Disponível em: <https://diariodorio.com/querra-santa-pessoas-ligadas-as-religoes-de-matrizes-africanas-afirmam-que-a-prefeitura-de-sao-goncalo-esta-cometendo-intolerancia-religiosa/> Acesso em: 09 mai. 2023.

IRVIN, Dale; SUNQUIST, Scott. **História do Movimento Cristão Mundial**. Volume I: do cristianismo primitivo a 1453. São Paulo: Paulus, 2004.

KAUFMANN, Thomas; KATTJE, Raymund; MOELLER, Bernd; WOLF, Hubert. **História Ecumênica da Igreja 1**: dos primórdios até a Idade Média. São Paulo: Paulus, 2012.

LEMMOS, Márcia Santos. As relações de poder entre o Estado Romano e a Igreja: uma história de conflito e conciliação. **Revista Brasileira de História das Religiões**, Parana, v. 3, n. 17, p. 29 - 51, Setembro 2013 (publicada em 2014). Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/RbhrAnpuh/index>. Acesso em: 3 mai. 2023.

LE GOFF, Jacques. **A Idade Média Explicada aos Meus Filhos**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

MATTOS, Ilmar Rohloff. "Mas não somente assim!" Leitores, autores, aulas como texto e o ensino-aprendizagem de História. **Tempo**, v. 11, n. 21, p. 5-16, 2006.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História**: entre saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

MONTEIRO, Ana Maria Ferreira da Costa e PENNA, Fernando Araújo. Ensino de História: saberes em lugar de fronteira. **Educação & Realidade**, v. 36, n. 1, p. 191-211, jan/abr, 2011.

PEREIRA, Nilton Mullet. Ensino de História, Medievalismo e Etnocentrismo. **Historiæ**. Porto Alegre, v. 3 n. 3, p. 223 – 238, 2013.

RODRIGUES JUNIOR, Osvaldo. A luta da memória contra o esquecimento: a reforma do Ensino Médio e os (des)caminhos do ensino de História no Brasil. **Revista Trilhas da História**. Três Lagoas, v.7, nº 13, p. 3 – 22, 2017.

SILVA, ANTONIO OZAÍ DA. Sobre a intolerância religiosa. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 203, p. 63 – 95, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/42312>. Acesso em: 20 jun. 2023.

SILVA, Diogo Pereira da. As perseguições aos cristãos no Império Romano (séc. I-IV): dois modelos de apreensão. **Revista Jesus Histórico**, v. 7, p. 29-44, 2011. Disponível em: <https://klineeditora.com/revistajesushistorico/arquivos7/ARTIGO-DIOGO-DA-SILVA.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2023.

SILVEIRA, Marta de Carvalho. A história medieval apresentada nos livros didáticos: construção de conhecimentos ou reprodução de estereótipos? In: XII SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA: Conflitos e resistências: entre práticas, expectativas e rupturas / IX Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade. **Anais**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2017. p. 1695 – 1708.

SILVEIRA, Marta de Carvalho. A representação da cultura oriental medieval nos livros didáticos. In: XIII SEMANA DE HISTÓRIA POLÍTICA: Quando "a imaginação toma o poder": Democracias e Representatividades | X Seminário Nacional de História: Política, Cultura e Sociedade. **Anais**. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2018. p. 891 – 904.

TEIXEIRA, Igor Salomão; PEREIRA Nilton Mullet. A Idade Média nos currículos escolares: as controvérsias nos debates sobre a BNCC. **Diálogos**, v. 20, n. 3, p.16-29, 2016.

TERREIRO de umbanda é invadido e depredado em araraquara; polícia apura intolerância religiosa. **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-carlos->

regiao/noticia/2021/08/03/terreiro-de-umbanda-e-invadido-e-depredado-em-araraquara-policia-apura-intolerancia-religiosa.ghtml.

Acesso em: 30 mar. 2023.

ZABALA, A. **A prática educativa**: como ensinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

